



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Fernando Haddad

Secretário-Executivo

José Henrique Paim Fernandes

Secretário-Executivo Adjunto

André Lázaro

Chefe da Assessoria Internacional

Alessandro Warley Candeas

Produção Editorial e Gráfica

Editora Segmento Ltda.

Tiragem

10.000 exemplares

Impressão

Posigraf

Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios, Bloco L

Brasília/DF

CEP: 70.047-900

www.mec.gov.br

Central de Atendimento Fala Brasil: 0800-616161

Ministério
da Educação



Encontros do Mercosul Educacional



SUMÁRIO

Abertura

04 - PANORAMA DAS CONQUISTAS

Um balanço das discussões e propostas surgidas nos sete eventos que integram os Encontros do Mercosul Educacional



XXXI Reunião de Ministros

06 - POLÍTICAS CONJUNTAS

Representantes de Estados analisam os trabalhos dos Encontros e selam compromisso com a integração da América Latina em declaração oficial



III Fórum Educacional do Mercosul

12 - DA AUTO-CRÍTICA ÀS NOVAS PROPOSTAS

Países do bloco apontam avanços e desafios educacionais no Mercosul e propõem 60 políticas públicas com vistas à integração



Seminário Eurosocial

18 - EDUCAÇÃO, DIREITO DOS DETENTOS

Reuniões para estruturar Rede Latino-Americana de Educação nas Prisões, com objetivo de estimular o direito dos presos à educação



Fórum de Educação Superior

22 - INTEGRAR PARA CRESCER

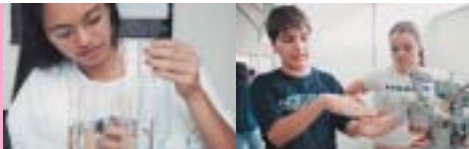
Debates focados no reconhecimento mútuo de titulação acadêmica, na mobilidade de professores e alunos e na pesquisa conjunta



I Feira da Educação Básica

26 - EMPREENDEDORISMO NA PRÁTICA

Feira de Ciências reúne 135 projetos de escolas públicas e mostra engajamento dos estudantes na solução de problemas sociais



Programa de Educação Científica

30 - PELA LEITURA CRÍTICA

Instituto Weizmann apresenta programa que usa o conteúdo científico para desenvolver o olhar crítico de estudantes



I Jornada Científica de Educação Tecnológica

32 - EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Especialistas apresentam projetos e debatem sobre o crescimento de cursos tecnológicos em instituições públicas latino-americanas





ABERTURA

Um panoram das conquist

Encontros reúnem representantes de dez países, em sete eventos paralelos, para desenvolver soluções conjuntas em educação e buscar a integração cidadã entre as nações

Os Encontros do Mercosul Educacional reuniram, de 20 a 24 de novembro, em Belo Horizonte (MG), representantes dos cinco países integrantes do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela) e dos cinco membros associados ao bloco (Colômbia, Bolívia, Chile, Peru e Equador). O objetivo era trocar experiências educacionais e desenvolver propostas conjuntas em busca da integração cidadã entre as nações.

Sete eventos aconteceram

paralelamente. O mais abrangente deles foi o III Fórum Educacional do Mercosul, que, além de apresentar um panorama das condições educativas de cada país, também resultou em 60 propostas de políticas públicas relacionadas aos temas: inclusão, financiamento, integração, espaços de aprendizagem e cidadania e dimensões do direito à educação e valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação. Após o encerramento do fórum, foi realizado o encontro dos ministros de Edu-

cação do Mercosul, que acolheu e analisou propostas apresentadas nos demais eventos.

Os Encontros do Mercosul Educacional foram abertos com a Reunião sobre o Programa de Educação Científica, em que foi apresentado um projeto israelense para aplicação do conteúdo científico no ensino médio, que visa desenvolver nos jovens habilidades de leitura científica crítica. No segundo dia dos Encontros, começou a exposição de trabalhos científicos de estudantes dos ensinos fundamental e médio, na 1ª Feira Nacional de Ciência da Educação Básica, que trouxe 135 trabalhos, apresentados por 400 estudantes e professores do país todo.

Também integrou o evento



as

a I Jornada Científica em Educação e Tecnológica do Mercosul, em que especialistas falaram da importância da expansão da educação tecnológica em instituições públicas, como forma de ampliar a cobertura do ensino superior e formar, com qualidade, os cidadãos para atuar no mercado de trabalho. O Fórum de Educação Superior, que se desenrolou por três dias, mostrou que a América Latina ainda não tem tradição em transformar produção de conhecimento em riqueza; e que o reconhecimento mútuo da titulação acadêmica em todos os níveis é um caminho para fortalecer as pesquisas conjuntas e o impacto do bloco no cenário mundial.

Por sua vez, o Seminário

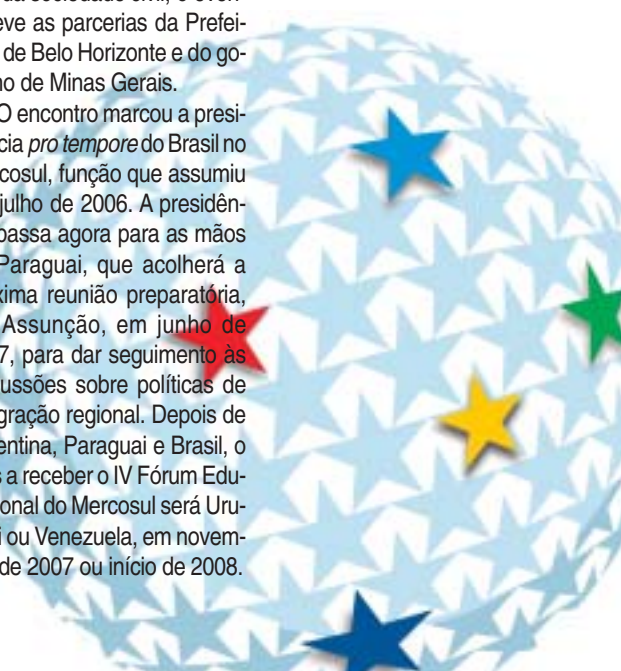
Eurosocial sobre educação nos presídios reuniu especialistas em educação prisional para formarem uma rede latino-americana de estudos sobre o tema. O objetivo é conseguir colocar na agenda dos ministérios de cada país a importância do investimento em políticas públicas que assegurem aos detentos o direito à educação. Como última atividade, os especialistas visitaram uma penitenciária na cidade de Pará de Minas, para conhecer o método educativo aplicado.

A XXXI Reunião de Ministros da Educação do Mercosul encerrou a semana, e permitiu que as autoridades dos oito países presentes discutissem a respeito da pauta de todo o evento. No fim do dia, os ministros assinaram uma declaração em que são listadas políticas educativas conjuntas necessárias para ampliar o território de atuação dos cidadãos latino-americanos, aproximar os povos, somar esforços de desenvolvimento e, assim, ver crescer a importância do bloco internacionalmente.

Participaram do evento, como palestrantes ou ouvintes,

representantes de governos, sociedade civil e entidades como a Unesco, a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), a União Européia e o Banco Mundial. Os Encontros do Mercosul Educacional foram sediados principalmente na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Organizados pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC) e, em relação ao fórum, por um comitê brasileiro formado por entidades da sociedade civil, o evento teve as parcerias da Prefeitura de Belo Horizonte e do governo de Minas Gerais.

O encontro marcou a presidência *pro tempore* do Brasil no Mercosul, função que assumiu em julho de 2006. A presidência passa agora para as mãos do Paraguai, que acolherá a próxima reunião preparatória, em Assunção, em junho de 2007, para dar seguimento às discussões sobre políticas de integração regional. Depois de Argentina, Paraguai e Brasil, o país a receber o IV Fórum Educacional do Mercosul será Uruguai ou Venezuela, em novembro de 2007 ou início de 2008.





XXXI REUNIÃO DE MINISTROS

Políticas con

Representantes de Estados selam compromisso com a integração da América Latina por meio da Universidade do Mercosul, da aproximação dos povos e do reconhecimento mútuo de títulos acadêmicos

cial, assinada pelos representantes dos oito países envolvidos, em que são listadas as medidas a serem adotadas para que, por meio da educação, os cidadãos latino-americanos tenham seu território de atuação ampliado, os países somem esforços de desenvolvimento e, por fim, o Mercosul cresça no cenário mundial.

Os ministros da Educação de Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia, junto de representantes dos ministérios de Argentina, Colômbia e Venezuela, endossaram o papel da educação para acelerar o processo de integração dos países da América Latina e assumiram o compromisso de implementar políticas educativas conjuntas necessárias para aproximar as nações e desenvolver o bloco, na XXXI Reunião de Ministros da Educação dos países do Mercosul, evento que encerrou os Encontros do Mercosul Educacional.

As discussões do Fórum geraram uma declaração ofi-

cial, assinada pelos representantes dos oito países envolvidos, em que são listadas as medidas a serem adotadas para que, por meio da educação, os cidadãos latino-americanos tenham seu território de atuação ampliado, os países somem esforços de desenvolvimento e, por fim, o Mercosul cresça no cenário mundial.

No documento encaminhado pelos ministérios, a educação é assumida como um direito humano universal, inalienável e irrenunciável, opondo-se à concepção de mercadorias, subordinada ao mercado. De acordo com o texto, é preciso criar um novo modelo de integração regional nos países do Mercosul, pautado pela primazia dos direitos dos cidadãos sobre o comércio, pela inclusão social e pela participação da sociedade civil.

Como propostas mais concretas contidas na carta,



O ministro da Educação do Brasil, Fernando Haddad, assina declaração de ministros ao lado do prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel (centro), e do reitor da UFMG, Ronaldo Tadêu Pena



Da esquerda para a direita: Adriana Tovar e Tânia Delgado, da Venezuela, Félix Patzi Paco, da Bolívia, Blanca Ovelar, do Paraguai, Fernando Haddad, do Brasil, Fernando Pimentel, prefeito de Belo Horizonte, Ronaldo Tadêu Pena, reitor da UFMG, Jorge Brovetto, do Uruguai, Yasna Provoste, do Chile, Javier Botero, da Colômbia, e Gustavo Iglesias, da Argentina

juntas

destacaram-se o desafio comum de erradicar o analfabetismo, criar um espaço comum de ensino superior e buscar soluções para a inclusão, inclusive a digital. “Com investimentos e participação do Mercosul, podemos erradicar o analfabetismo até 2015”, projeta Francisco Piñon, secretário-geral da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI).

Universidade do Mercosul

No encontro, o ministro da Educação do Brasil, Fernando Haddad, trouxe aos representantes dos demais países um pedido do presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. “O presidente Lula propõe a criação da Universidade do Mercosul como um espaço para formar capital humano com pensamentos voltados para a integração”, diz. Para o ministro da Educação e Cultura do Uruguai, Jor-

ge Brovetto, a decisão do presidente Lula evidencia a existência de uma demanda patente por um espaço comum de ensino superior. “Com a Universidade do Mercosul, os povos sentirão que são parte de uma região e que o destino de cada um é comum, a despeito de suas diferenças.”

Para a ministra de Educação e Cultura do Paraguai, Blanca Ovelar, a reunião marcou um ponto importante para a integração do Mercosul. “A proposta brasileira quer gerar conhecimento que contribua para a formação da consciência de integração, além de formar pessoas com opiniões integracionistas, que vão buscar o sentido de uma pátria grande, unidas em prol de compartilhar problemas, valores e um destino comum.”

Gustavo Iglesias, secretário de Administração do Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia da Argentina, endossou a

importância de um ambiente conjunto para a formação de capital humano. “Pode ser uma universidade do bloco, um espaço de informação ou campos integrados de distintas universidades e distintos países. Seja como for, o que importa é termos um espaço de formação que una o particularismo de cada um dos países, onde possamos aplicar a capacidade e o esforço da integração como um marco regional”, avalia.

Reconhecimento

Para se criar um espaço de mobilidade constante, há também que se desenvolver mecanismos permanentes de reconhecimento da titulação de todos os níveis acadêmicos dos países envolvidos. No documento resultante da reunião, os ministros se comprometeram a tornar os projetos experimentais de reconhecimento em mecanismos permanentes. Para isso, foi dis-



Acima, a ministra da Educação e Cultura do Paraguai, Blanca Ovelar; abaixo, Gustavo Iglesias, secretário de Administração do Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia da Argentina



XXXI REUNIÃO DE MINISTROS



Acima, as venezuelanas Adriana Tovar e Tânia Delgado, do Ministério de Educação e Esportes; abaixo, a ministra da Educação do Chile, Yasna Provoste, assina a declaração de ministros; à direita, Félix Patzi Paco, ministro da Educação e Cultura da Bolívia

cutida a formação de um Grupo de Alto Nível que terá papel na aceleração desse processo. “Este grupo vai controlar os estudos para a educação superior e também a criação de um ‘Selo de Qualidade Mercosul’, qualificando os cursos”, diz Fernando Haddad. O grupo será formado por funcionários das secretarias e dos ministérios de Educação dos diferentes países. Os nomes, assim como a formatação do projeto, serão apresentados no próximo semestre.

De acordo com Haddad, não se pode ter pressa para

desenhar o projeto. “Este é um processo que envolve a confiança na qualidade do ensino entre os países, portanto, é complexo e gradual. Prova disso é que a União Européia criou uma moeda comum antes mesmo de implantar um plano de acreditação entre seus países”, analisa o ministro.

Para a ministra paraguaia Blanca Ovelar, é função dos Estados garantir a qualidade profissional. “Vivemos um fenômeno da expansão do setor privado na educação em toda a América Latina; isso requer uma posição do Estado, que deve oferecer qualidade no ensino do sistema público.”

A ministra da Educação do Chile, Yasna Provoste, vê o sistema de acreditação para as universidades como um ponto central das discussões da reunião do Mercosul. “O Chile acaba de promulgar a acreditação para dois cursos com o objetivo de estender o alcance estratégico para o desenvolvimento das comunidades e, a partir disso, homologar critérios comuns para o Mercosul”.

Inclusão

Apesar de o ensino superior e formação de capital humano estarem no centro do debate entre os ministros, a educação básica também pautou boa parte das discussões, especialmente porque a qualidade dos ensinos funda-

mental e médio ainda não são considerados satisfatórios em quase toda a região. O Brasil, por exemplo, forma cerca de 10 mil doutores a cada ano, mas ainda não conseguiu erradicar o analfabetismo, que supera os 10% da população.

“É muito difícil discutir a integração sem falar da igualdade. Se não erradicarmos o analfabetismo, teremos uma população inteira manipulada pela tecnologia em pouco tempo”, diz o ministro da Educação e Cultura da Bolívia, Félix Patzi Paco, que citou como um dos alvos dessa exclusão os povos indígenas. “A população indígena de vários países latino-americanos é formada, em sua maioria, por analfabetos e excluídos da era digital”, diz o ministro, cujo país pretende erradicar o analfabetismo até 2008, com a ajuda do Mercosul.

Embate superado, o analfabetismo foi vencido na Venezuela com ajuda do Programa Ibero-Americano de Alfabetização. Com base nessa experiência, o governo venezuelano pretende mostrar o caminho das pedras aos outros latinos. “Queremos colocar nossa proposta e nossa experiência à disposição do Mercosul”, diz Adriana Tovar, diretora de Relações Internacionais do Ministério de Educação e Esportes da Venezuela.

Segundo os representantes dos ministérios, paralelamente à busca do fim do analfabetismo, os Estados devem

procurar pensar na inclusão digital. “A inclusão digital é sinônimo de acesso e manejo da informação para a educação”, diz Adriana Tovar. “A educação é fundamental para toda pessoa, mas não basta qualquer educação. Deve ter qualidade, inclusive com direito à inclusão digital, e ser oferecida ao longo do ciclo de vida, desde a tenra infância”, analisa a chilena Yasna Provoste.

Outras propostas

Dentro dos projetos apresentados, chama a atenção o Escolas Bilíngües de Fronteira, que fazem um intercâmbio cultural entre países vizinhos. De acordo com Fernando Haddad, esse programa vem sendo posto em prática por Brasil e Argentina desde 2004 e deve ser estendido a outros países. “Estamos estudando a adesão do Paraguai, do Uruguai e da Venezuela”, diz Haddad, que analisa o projeto: “Há uma carência, para o Es-

tado e para as empresas, de pessoas capacitadas queensem na região de fronteiras. Se nós queremos uma integração efetiva, que não seja somente uma intenção, temos de nos voltar para esse desafio.”

De acordo com Gustavo Iglesias, para os argentinos as escolas bilíngües exercem papel relevante na integração com os brasileiros. “Já são dois mil argentinos aprendendo português, o que é um caminho para a integração entre nós”, diz. A ministra de Educação e Cultura do Paraguai, Blanca Ovelar, revela que o país também investe na formação de professores de português. “Em nosso país a segunda língua é o inglês, mas queremos oferecer mais essa opção às escolas, até porque a demanda vem crescendo”, diz.

Outro projeto citado no encontro foi o Centro de Estudos, Ensino e Pesquisa em Meteorologia do Mercosul. A proposta é contribuir com assuntos de



À esquerda, Javier Botero, vice-ministro de Educação Superior da Colômbia; ao lado, Jorge Brovetto, ministro da Educação e Cultura do Uruguai

interesse dos países, como a elevação da temperatura na Antártida, tema que já preocupa pela alta incidência de tornados na região. Por meio de um centro em comum poderiam ser previstos fenômenos naturais vindos dos oceanos, além de problemas relacionados aos recursos hídricos e à desertificação. Para a formação do centro está previsto um investimento de US\$ 245 mil.

O Brasil deve contribuir com o programa através da Universidade Federal de Alagoas, que vai oferecer um curso de pós-graduação na área de meteorologia com duas vagas para cada país do Mercosul. Também já está sendo formada uma equipe para visitar centros internacionais que tenham propósito similar.

Próximos passos

Com o fim do encontro, o Brasil passa a presidência pro tempore para o Paraguai, que deverá sediar a próxima reunião de ministros. De acordo com a ministra paraguaia, o país terá uma missão importante, durante sua presidência, já que deverá colocar em prática questões ambiciosas na educação, como proporcionar mais mobilidade, definir as metas do sistema educativo, pensar uma aprendizagem sobre a tecnologia, alfabetização, formação permanente de alunos e escolas de fronteiras. “Creio que são desafios que temos de assumir e levar mais adiante, para avançarmos já no próximo semestre”, diz Blanca Ovelar.



DECLARAÇÃO

Ministros apresentam re

Reunidos na cidade do Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, no dia 24 de novembro de 2006, o ministro da Educação da República Federativa do Brasil, a ministra da Educação e Cultura da República do Paraguai, o ministro da Educação e Cultura da República Oriental do Uruguai, o secretário de Administração do Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia da República Argentina, as representantes dos ministros de Educação e Esportes e de Educação Superior da República Bolivariana de Venezuela, como Estados-Membros do Mercosul, e o ministro de Educação da República da Bolívia, a ministra de Educação da República do Chile e o vice-ministro de Educação Superior da República da Colômbia, como Estados Associados do Mercosul:

Tomaram conhecimento do informe das atividades desenvolvidas no segundo semestre de 2006 pelo Setor Educacional do Mercosul (SEM).

Aprovaram o plano de trabalho com vistas à elaboração de um sistema regional permanente de credenciamento de cursos de graduação apresentado pela Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior.

Congratularam-se pela conclusão da aplicação do Mecanismo Experimental de Credenciamento aos cursos de Agronomia, Engenharia e Medicina e aprovaram a divulgação do credenciamento do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Agrícolas da Universidade Autônoma Gabriel René Moreno, na Bolívia. Na mesma perspectiva, aprovaram a inclusão de quatro novos cursos a serem credenciados: Enfermagem, Odontologia, Veterinária e Arquitetura.

Aprovaram a criação de um grupo de alto nível com o objetivo de elaborar o projeto de um espaço regional de educação superior do Mercosul.

Tomaram conhecimento da implementação do programa de mobilidade docente de curta duração e agradeceram ao Brasil pelo financiamento do mesmo.

Destacaram o início da mobilidade de estudantes de graduação, sob o programa MARCA, com a participação de dezessete universidades do Mercosul.

Reafirmaram a importância da educação em matéria de direitos humanos e memória da história recente, tendo como objetivo prioritário a formação cidadã e a democracia. Neste âmbito, tomaram conhecimento da I Reunião de Materiais Didáticos de Direitos Humanos no Mercosul, realizada em Buenos Aires, e

aprovaram a iniciativa da elaboração, sob a responsabilidade da Argentina, de materiais didáticos sobre a referida temática a partir de critérios comuns.

Acolheram os resultados do Grupo de Trabalho *Ad Hoc* para a constituição do Centro de Ensino e Pesquisa em Meteorologia e áreas afins do Mercosul e aprovaram o seguimento das ações de forma a consolidar o primeiro Centro de Ensino e Pesquisa da região.

Avaliaram positivamente a realização do I Seminário de Escolas de Fronteira do Mercosul, na cidade de Foz de Iguazu, Brasil, e solicitaram ao Comitê Coordenador Regional que encomende à Comissão Regional Coordenadora de Educação Básica a elaboração de projeto para o ano de 2007 com o apoio da Corporação Andina de Fomento (CAF).

Reconheceram o êxito da

quarta edição do concurso “Caminhos do Mercosul”, organizado pelo Ministério da Educação e Cultura do Paraguai, e felicitaram a ministra do Paraguai e sua equipe.

Agradeceram a iniciativa brasileira de publicar os trabalhos dos ganhadores das três primeiras edições do concurso “Caminhos do Mercosul”, de 2003 a 2005.

Convocaram a realização da quinta edição do citado concurso para 2007, com o tema “Rio da Prata – Um Mundo a Descobrir”, a ser coordenado pelo Uruguai.

Acolheram com satisfação a realização do III Fórum Educacional do Mercosul, coordenado pelo Brasil, bem como os resultados alcançados, comprometendo-se a considerar suas recomendações nas políticas educacionais da região. Nesse sentido, instruíram o Comitê Coordenador Regional a manter diálogo com o comitê de seguimento criado pelas organizações da sociedade civil no âmbito do fórum.

Expressaram seu apoio à iniciativa do Programa Eurosocial da União Européia, com participação da OEI, de organizar a Rede Latino-Americana de Educação em Prisões.

Manifestaram o interesse de continuar aprofundando os laços entre o Setor Educacional do Mercosul e as organizações da sociedade civil.

Tomaram conhecimento das conclusões e propostas emanadas do Fórum de Educação Superior –

sultados

Desafios e Perspectivas, e se comprometeram a apoiar suas recomendações no âmbito do Setor Educacional do Mercosul.

Expressaram sua satisfação pela realização da Conferência de Educação Tecnológica e Profissional, realizada em Brasília, e pela Jornada Científica de Educação Tecnológica, realizada em Belo Horizonte, e instruíram o Comitê Coordenador Regional a recomendar que a Comissão Regional Coordenadora de Educação Tecnológica incorpore as instruções advindas dos encontros.

Congratularam-se pela realização da I Feira Nacional de Ciências de Educação Básica, que teve a participação dos estudantes dos países do Mercosul, e recomendaram ao Comitê Coordenador Regional o desenvolvimento de programas e projetos voltados à incorporação da temática de educação de ciências no âmbito do Setor Educacional do Mercosul.

Reafirmaram o compromisso do Setor Educacional do Mercosul com o Ano Ibero-Americano de Alfabetização (2007-2008) e solicitaram às próximas Presidências *Pro Tempore* do Mercosul realizarem atividades alusivas ao citado ano.

Encomendaram ao Comitê Coordenador Regional a tarefa de aprofundar o trabalho conjunto na área da aplicação das novas tecnologias de comunicação e informação para a educação a distância.

Acordaram em comunicar ao Conselho Mercado Comum a posição dos membros plenos do MERCOSUL de que a educação, por ser bem público, não deve figurar na lista de ofertas nas negociações multilaterais levadas a cabo no contexto do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS) da Organização Mundial do Comércio (OMC). Nesse sentido, encomendaram ao CCR a tarefa de coordenar com as diferentes instâncias do Setor Educacional do Mercosul a constituição de uma rede de observação, esclarecimento e estudos, tanto dentro como fora da região, de forma a subsidiar as posições do Mercosul nas negociações relacionadas e informar à Reunião de Ministros.

Solicitaram ao Comitê Coordenador Regional desenvolver atividades alusivas ao Ano Polar Internacional (2007-2008).

Congratularam-se com a República Bolivariana de Venezuela pela sua ativa participação nas atividades do Setor Educacional do Mercosul às vésperas de sua incorporação como novo membro pleno do Mercosul.

Acolheram com satisfação o interesse da Colômbia em se incorporar gradualmente às atividades do Setor Educacional do Mercosul, priorizando aquelas relacionadas ao sistema de credenciamento de cursos de graduação, ao fortalecimento da educação tecnológica e à promoção do ensino de línguas oficiais do Mercosul, assim como

aos projetos Escolas de Fronteira e concurso "Caminhos do Mercosul".

Assinaram Declaração com a Coordenação das Centrais Sindicais do Cone Sul, que fortalece o diálogo e o trabalho conjunto.

Agradeceram ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), Francisco Piñón, pelo valioso trabalho e pelo apoio ao processo de integração educacional dos países do Mercosul ao longo de seu mandato.

Expressaram seu agradecimento à OEI, ao PNUD, à Unesco, ao BID, à OEA, à CAF e

à Comissão Europeia pelo seu apoio às atividades do Setor Educacional do Mercosul.

Aprovaram o cronograma de atividades do Setor Educacional do Mercosul para o primeiro semestre de 2007.

Agradeceram à Presidência *Pro Tempore* do Brasil pelo trabalho realizado no segundo semestre de 2006 e à Universidade Federal de Minas Gerais e à prefeitura da cidade de Belo Horizonte pela hospitalidade e calorosa acolhida brindada aos Encontros do Mercosul Educacional.

Esta ata foi assinada na cidade de Belo Horizonte, Brasil, no dia 24 de novembro de 2006.

FERNANDO HADDAD

Ministro da Educação
República Federativa do Brasil

BLANCA OVELAR DE DUARTE

Ministra da Educação e Cultura
República do Paraguai

JORGE BROVETTO

Ministro da Educação e Cultura
República Oriental do Uruguai

GUSTAVO IGLESIAS

Secretário de Administração
Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia
República Argentina

ADRIANA TOVAR

Diretora de Relações Internacionais
Ministério da Educação e Esportes
República Bolivariana de Venezuela

TÂNIA DELGADO

Diretora-Geral de Convênios e Cooperação
Ministério de Educação Superior
República Bolivariana de Venezuela

Pelos Países Associados:

YASNA PROVOSTE

Ministra da Educação
República do Chile

FÉLIX PATZI PACO

Ministro da Educação e Cultura
República da Bolívia

JAVIER BOTERO

Vice-ministro da Educação
Ministério de Educação Superior
República da Colômbia



III FÓRUM EDUCACIONAL DO MERCOSUL

Da autocrítica às

Países estiveram reunidos no fórum para apontar avanços e desafios do bloco e propor políticas públicas tendo em vista a integração



Para André Lázaro, do MEC, “o processo de democratização encontra na educação um campo muito fértil”

Com histórico ainda recente de regimes ditatoriais, a América Latina hoje busca caminhos para politizar, engajar a população nas causas públicas. Os cidadãos mais participativos precisam enxergar os governos como aliados, na transformação para uma sociedade mais justa. A educação deve ser usada para fortalecer a cidadania dos povos latinos. “O processo de democratização dos países encontra na educação um campo muito fértil”, afirma André Lázaro, secretário executivo-adjunto do Ministério da Educação do Brasil (MEC).

“Décadas de ditadura reprimiram a capacidade da população de ser atuante. O

povo ainda não está acostumado a se aliar ao governo para desenvolver políticas”, reitera Dominique Deme- lenne, coordenador do programa Escola Viva, do Paraguai. “Além da ditadura, também as políticas neoliberais nos roubaram o futuro; agora o desafio é recuperar a militância”, acrescenta Tito Nenna, secretário de Relações Internacionais da Confederação de Trabalhadores da Educação da Argentina. O passado em comum, o perfil político dos atuais chefes de governo e as dificuldades a serem vencidas são pontos de congruência e identificação dos países latino-americanos e que os unem mais até do que a proximidade geográfica.

Esse tom de união de forças permeou todo o III Fórum Educacional do Mercosul. Participaram dos debates governos e representantes da sociedade de Argentina, Bra-



Representantes dos países do Mercosul e associados dividem a mesa de discussões no último dia do Fórum

novas propostas

sil, Chile, Colômbia, Paraguai, Uruguai e Venezuela com dois propósitos: fazer um balanço das vitórias e desafios da educação nos países da América Latina e levantar propostas de políticas públicas comuns em torno de cinco temas centrais (inclusão; financiamento; educação para integração; diferentes espaços de aprendizagem e cidadania; dimensões do direito à educação e valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação). Foram desenvolvidas 60 propostas, nos diferentes grupos de trabalho.

Gargalos

Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Venezuela apresentaram os principais desafios a serem vencidos. Cobertura de toda a demanda de estudantes e, mais ainda, qualidade do ensino público foram os principais gargalos identificados pelos

países na luta pelo aprimoramento da educação. Alberto Croce, presidente da Fundação SES (Sustentabilidade, Educação e Solidariedade), da Argentina, lembra que falta pouco para que a cobertura da educação básica atinja os 100%, mas que aqueles que hoje estão excluídos da escola pertencem justamente à camada mais pobre da população. “Não se pode comemorar a cobertura enquanto não for total. Na Argentina, por exemplo, a cobertura do ensino fundamental é de 97%. Em oposição a isso, 35% dos jovens pobres de 13 e 14 anos estão fora da sala de aula”, diz Croce.

Para Juçara Dutra Vieira, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), “não basta incluir se a criança não aprende. O conjunto da sociedade precisa se responsabilizar por essa missão”, diz. Para que essa responsabili-

dade seja compartilhada por todos os cidadãos, foi destacada a importância do envolvimento maior das famílias na educação dos jovens. “Um dos defeitos da sociedade moderna é entender que a escola vai resolver todas as deficiências da família ou ensinar tudo o que é preciso saber. Queremos articular mais a família para que exerça esse papel de educar”, diz Demelenne, do Paraguai.

No Chile, em que a cobertura atinge 98% da demanda no ensino fundamental e 87% no ensino médio, a preocupação está centrada na equalização da qualidade dos diferentes tipos de escolas. “A qualidade ainda é questionável, especialmente porque é bastante distinta entre as escolas municipais de comuna, particulares subvencionadas e privadas”, analisa Francis Valverde, secretária-geral da ONG Associação Chilena Pró-Nações Unidas.

Entre as mudanças alme-



O argentino Tito Nenna diz que os povos precisam recuperar a militância política



III FÓRUM EDUCACIONAL DO MERCOSUL

jadas está o fim do sistema de vouchers, por meio do qual o Estado repassa às escolas municipais e particulares subvencionadas (que somam 93% das escolas) uma verba proporcional à quantidade de alunos que freqüentam as aulas. “Se um aluno falta às aulas, o orçamento da escola oscila”, explica Francis. Outra mudança requerida é o fim do financiamento público de es-

colas com finalidade de lucro. “No modelo atual, é muito fácil ganhar dinheiro com a educação no Chile. Devemos assegurar que se possa fechar uma escola se não tiver condições de entrar no padrão de qualidade”, diz.

A Venezuela hoje encara como desafio melhorar a infraestrutura das escolas. São 13 mil escolas públicas, seis mil delas ainda por reconstruir e equipar. “Isso é uma responsabilidade do Estado, que deve ser concluída em 2009”, diz Xiomara Lucena Guédez, diretora nacional de Comunidades Educativas do Ministério de Educação e Esportes da Venezuela. O país também quer, nos próximos anos, educar mais crianças em fase pré-escolar. “Hoje, 35% das crianças estão fora da escola”, diz.

Atender às necessidades educativas de uma população tão diversa é o desafio da Colômbia. São indígenas, ciganos, afrocolombianos, população de fronteira e população rural dispersas e vítimas de conflito. “Procuramos configurar um projeto educacional diante deste quadro tão complexo”, aponta Gloria Mercedes Alvarez, diretora de Apoio à Gestão Educativa Territorial do Ministério de Educação Nacional da Colômbia.

A dispersão geográfica desses grupos também dificulta a expansão do ensino superior no país, que hoje só

atende a 28% da população com faixa etária universitária. Para o ensino superior crescer, o país aposta nos centros regionais de educação superior. “São universidades públicas que funcionam como pólos, trocando informações com outras instituições de ensino, que ministram cursos técnicos e tecnológicos”, conta.

Bons exemplos

A Venezuela mostrou como vencer o analfabetismo em apenas três anos. Em 2003, o país tinha mais de 1,6 milhão de analfabetos. Para sanar o problema, o governo federal elaborou um projeto no qual a sociedade civil deveria estar envolvida.

O projeto reuniu voluntários, a maioria deles estudantes universitários e professores aposentados, que pouco a pouco mapearam os analfabetos. “A dificuldade era fazer com que as pessoas assumissem que eram analfabetas, porque isso gerava grande constrangimento”, diz Xiomara.

“Hoje temos apenas 16 mil analfabetos no país e todos esses cidadãos já estão aprendendo. Portanto, podemos dizer que temos o território livre de analfabetos”, comemora ela.

Desta população que foi alfabetizada, 65% entraram para a Missão Robinson II, em que a meta é completar a educação fundamental. “Não teria sentido ensiná-los a ler e a escrever e eles nun-



Alberto Croce, presidente da Fundação SES, sugere que países do Mercosul perdoem a dívida externa de outros latinos



Demelenne, do Paraguai, defende a articulação das famílias na missão de educar

ca mais aparecerem na escola”, ressalta Xiomara. A Venezuela investe 8% do PIB nacional em educação, sendo que 3% foram investidos exclusivamente nesses projetos.

Na Argentina, a vitória é a aprovação da nova Lei Nacional de Educação, em novembro último. “Nossa antiga legislação desarticulou o sistema educacional da Argentina. Agora teremos uma lei surgida de um processo participativo, em que as propostas dos professores e outros atores da sociedade estão contempladas”, diz Croce.

Entre as propostas concretas que a nova lei traz, destaca-se a meta de destinar 6% do PIB para a educação até 2010. Além disso, também há obrigatoriedade do ensino médio até os 18 anos, o que aumenta os anos escolares para 14, e o aumento da carga horária de quatro para seis ou oito horas de aulas, dependendo do tipo de instituição. “Nossa educação não é nacionalista, mas integracionista, para que o povo entenda a oportunidade que significa estar próximo de outro país”, acrescenta. Croce acrescenta que, nos próximos anos, a tendência é que as escolas de Buenos Aires passem a ensinar a língua portuguesa como primeira língua estrangeira. “É uma lei para os pró-

ximos 50 anos”, avalia.

Inclusão

O Fórum Educacional do Mercosul foi dividido em especialistas dos diferentes países em cinco grupos temáticos, para que desenvolvessem propostas de políticas públicas em conjunto, que seriam levadas aos ministros no fim dos encontros.

O primeiro grupo debucou-se sobre a inclusão. Foram redigidas 24 propostas, que contemplaram afrodescendentes, indígenas, mulheres, portadores de necessidades especiais, trabalhadores do campo, população carcerária, segmento social de baixa renda, crianças em fase pré-escolar, entre outros grupos marginalizados.

“Só existe democracia

quando o conceito de inclusão está associado ao direito universal e inalienável do ser humano de ter educação ao longo da vida”, diz Deme-lenne, do Paraguai.

Ricardo Henrique, secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC, ressalta a importância de uma visão panorâmica da educação, ao elaborar políticas para sanar as desigualdades. “O maior desafio é dar conteúdo republicano às políticas públicas. Não se pode gerar políticas segmentadas ou um somatório de políticas isoladas.”

Henriques acrescenta que a qualidade da educação nos países e também no bloco será bastante enriquecida quando os povos entenderem que a diversidade produz qualidade. “Os ambientes de produção de

A chilena Francis Valverde e, abaixo, a platéia assiste aos debates





III FÓRUM EDUCACIONAL DO MERCOSUL

Xiomara Guédez diz que Venezuela venceu o analfabetismo em três anos



Autoridades presentes à palestra inaugural do III Fórum

conhecimento se tornam mais ricos quando a diversidade passa a ser parte. Isso não é um ato generoso motivado pela culpa cristã, mas uma política que valoriza a força da diversidade”, analisa.

Financiamento

Na América Latina, o percentual do PIB destinado à educação fica em torno de 4%, o que é insuficiente. Prova disto é que em alguns países esse montante fica engessado com o pagamento de salários de professores. É o caso da Colômbia, que compromete 90% com as remunerações dos docentes, ou do Paraguai, em que esse índice sobe para 97%. “Os 6% que a Argentina colocou na nova lei são, de fato, o piso que seria adequado para responder a toda a dívida que temos com nossa diversidade”, diz Ricardo Fabrico, subsecretário de Planejamento e Orçamento do MEC.

Croce acrescenta ainda que os orçamentos da educação ficam muito inchados com gastos que poderiam ser alocados em outras pastas. “Se um ponto percentual do orçamento fosse liberado, já mudaria nosso quadro”, avalia.

Integração

No debate sobre a educação para a integração, o ensino das línguas portuguesa e espanhola nos países latinos foi um dos aspectos

apontados como relevantes para a aproximação dos povos e para a mobilidade de professores e alunos.

Para atender à demanda de ensino de espanhol no país todo, o Brasil precisa de 23 mil professores do idioma. “Escolas públicas e privadas de educação básica estão à procura de mão-de-obra para se ajustar à legislação”, diz Ana Beatriz Barreto, diretora da Secretaria Nacional de Professores de Espanhol, associação que reúne 2,5 mil docentes. No Brasil, a partir de 2010, todas escolas de ensino médio terão de oferecer o idioma espanhol como segunda opção de língua estrangeira.

Ana Mello, do Ministério da Educação do Paraguai, informa que o país oferece o ensino do português em várias instituições de ensino públicas e privadas, especialmente nas escolas de fronteira. “Em toda a fronteira já se fala *portuguai*”, diz.

Espaços de aprendizagem

O quarto grupo de trabalho discutiu sobre os diferentes espaços de aprendizagem e cidadania. Entre as propostas de políticas públicas, foi apresentada a idéia de abrir as escolas públicas para alunos e a comunidade do entorno, como forma de ampliar os espaços de atividades culturais, esportivas e de entretenimento, vinculadas ao seu projeto educativo. “A ênfase dos trabalhos é a

mais local possível. Vamos atacar cada região para, depois, abrir a perspectiva para o âmbito nacional. Somos cidadãos do mundo, mas fazemos isto desde a escola, a comunidade”, diz Xiomara.

A representante do grupo também destacou que os Estados devem gerar condições para que as famílias, os estudantes e as comunidades em geral passem a monitorar as políticas educativas. “Todos nós temos direito de controlar e monitorar o sistema educativo, que não pode ser uma mercadoria”, diz.

Trabalhadores da educação

“No sistema neoliberal, os trabalhadores da educação foram excluídos dos processos de mudanças e eram apontados como culpados pelo fracasso das políticas”, observa Carlos Barceló, da Coordenação das Centrais Sindicais do Cone Sul, sediada no Uruguai.

Barceló apresentou como proposta do grupo o investimento na educação continuada de docentes e outros funcionários da educação. “Não precisamos de capacitação, mas de educação ao longo da vida. Não somos transmissores de conhecimento, mas seres comprometidos com as mudanças históricas sociais. Não se pode perder a dimensão política do professor”, analisa. Segundo ele, a formação dos trabalhadores em educação, em todos os níveis, deve ser

uma missão de Estado. “Isto deve estar contemplado na jornada de trabalho ou com uma licença remunerada.”

Balço

O secretário-executivo adjunto André Lázaro, que representou o ministro Fernando Haddad durante o Fórum, se revela surpreso com a profundidade dos debates apresentados, especialmente do grupo de trabalho sobre a inclusão. “É um bom sinal, porque indica que a perspectiva não é meramente compensatória, mas sim de incluir conteúdos culturais particulares no plano que é comum a todos”, diz.

Lázaro também destaca o teor da discussão sobre a formação dos professores. “Ficamos satisfeitos com a coerência do posicionamento das centrais sindicais, que vieram solicitar formação inicial e continuada, não apenas capacitação ou salário. É maturidade na discussão”.

Ele ainda acrescenta que o resultado mais concreto do Fórum é o interesse comum dos países em reconhecer as deficiências e encontrar propostas conjuntas, que devem ser colocadas na agenda dos ministérios. “A maior vitória é reunir governos e sociedade em torno do conceito de educação como direito inalienável de todos, assim como reconhecer que a educação não pode estar vinculada a acordos comerciais. Isso é um grande avanço.”



Cooperação entre as nações

Para o prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, o continente latino-americano pôde mostrar para o mundo, durante o fórum, que está conseguindo desenvolver mais do que fortes laços de cooperação econômica, uma grande relação de amizade e paz entre os povos.

O reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Ronaldo Tadêu Pena, assinala que as instituições universitárias são aquelas com maior poder de cooperação nesse cenário porque têm dimensão internacional pela própria natureza. Lembra ainda que a cooperação entre as nações visa a crescente qualificação das nossas instituições.

“Não basta constatar que 97% das crianças estão na escola. Isso significa que mais de um milhão está fora. Temos de oferecer bolsa-escola, transporte, merenda. É política compensatória? Depois falamos sobre isso. Primeiro essas pessoas precisam sobreviver e aprender”, analisa Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, secretária de Educação de Belo Horizonte.

Para Paulo Padilha, diretor do Instituto Paulo Freire, uma das entidades organizadoras do evento, houve propostas consistentes, como a da educação bilíngüe. “Observamos grandes progressos para toda sociedade”.



SEMINÁRIO EUROSOCIAL

Educação, direito do

Especialistas estruturam rede de educação prisional para estimular os países do Mercosul a respeitar o direito dos detentos à educação



Hernando Lambuley, à esquerda, diz que Colômbia desenvolveu método pedagógico exclusivo para os presos; Eduardo Chilibingua conta que infratores graves não têm direito à remissão da pena em troca do estudo

“Eu estou aprendendo a ler e escrever aqui na cadeia. Se eu tivesse estudado bem antes, podia até não estar aqui e talvez teria uma chance lá fora”, diz José Santos (nome fictício), 32 anos. A história de José, que cumpre pena na Penitenciária Doutor Pio Canedo, em Pará de Minas (MG), a 60 km de Belo Horizonte, é parecida com a de muitos outros cidadãos hoje encarcerados. É gente pobre e pouco letrada, uma massa de cidadãos que, muitas vezes, tiveram negado o direito a um estudo de qualidade. Na América Latina, a população carcerária é composta por, em média, 15% de analfabetos – no Brasil, o analfabetismo atinge 10% dos 350 mil presos.

A professora Glória Maria de Almeida, que alfabetiza no sistema prisional mineiro há

dois anos, acredita que a presença mais efetiva da escola na vida dessas pessoas poderia ter mudado o rumo das coisas. “Tem aluno aqui dentro que foi meu aluninho lá fora, na escola primária. Sinto que fahamos como educadores para deixar que aquela criança visse parar aqui”, diz. “Ao contrário do que muita gente pensa, a maioria dos alunos é interessada, quer muito aprender. Eles só não tiveram chance ou estímulo”, diz Raquel Queiroz, também professora de uma turma de alfabetização. Raquel, Glória e José, entre outros professores e alunos da penitenciária mineira, receberam uma visita do comitê de especialistas em educação prisional, no último dia de debates do Seminário Eurosocial – Educação nas Prisões, que integrou os Encontros do Mercosul Educacional. Financiado pela Comissão Européia, o seminário foi coordenado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI).



Detentos assistem aula na Penitenciária Doutor Pio Canedo, em Pará de Minas (MG)

s detentos

Por acreditar no poder de transformação que a educação carrega consigo, especialistas em educação prisional de diversos países se reuniram em Minas Gerais, no Eurosócio, para propor aos ministérios dos países do Mercosul e associados as bases para a criação de uma rede latino-americana de educação nas prisões. “Os governos devem reconhecer que é preciso investir na oferta adequada de educação aos presos, porque isso é um direito deles como cidadãos. A rede vai estimular que esse tema esteja na agenda dos ministros e que se encontrem diferentes modelos para atender às demandas locais”, analisa Timothy Ireland, diretor de Educação de Jovens e Adultos do Ministério da Educação do Brasil (MEC). Ireland ainda explica que, para isso ser possível, é preciso adequar toda a estrutura prisional e abrir uma perspectiva de cooperação técnica tanto entre

ministérios como também entre países da América Latina.

Docentes e métodos

Glória, que ensina português há 16 anos, nunca pensou que fosse dar aulas numa cela. E confessa que, quando foi convocada, se assustou. “O professor fica trancado com 10 ou 15 alunos dentro da sala de aula. A primeira reação é ter medo”, narra. Logo no primeiro dia de trabalho, no entanto, ela descobriu que a missão seria menos árdua do que imaginava. “Quando você oferece respeito, recebe respeito em troca. O que importa é tratá-los como alunos e não como detentos. E saber que aqui professor tem papel de orientador, psicólogo e até de mãe”, ensina.

No Brasil, as universidades de pedagogia não desenvolvem um método específico de aulas para esse perfil de aluno. Tampouco os materiais didáticos são adaptados para a realidade prisional. Por questões de segurança, não se podem usar



Glória de Almeida, professora do sistema prisional mineiro, diz que na sala de aula exerce função de educadora, de psicóloga e até de mãe

alguns instrumentos que seriam parte da estratégia pedagógica, como uma simples tesoura. Desta forma, reduzem-se as alternativas pedagógicas.

“Há necessidade de ter uma formação específica de quem educa nas prisões, assim como também é preciso haver mais pesquisas nessa área de metodologias e materiais didáticos”, reclama Ireland. Segundo o professor, universidades deveriam pensar em uma formação especial para essa demanda. “Precisamos conseguir mais pressão social para pedir que a univer-



SEMINÁRIO EUROSOCIAL



sidade se envolva”, acredita.

Na Argentina, também quem atende aos cárceres é o professor comum, de educação de adultos, sem formação específica. Agora em 2006, no entanto, o país começou a colocar em prática a capacitação das equipes provinciais, ou seja, professores vinculados às províncias ou Estados. “O docente prisional tem uma responsabilidade técnico-político-pedagógica. Esta capacitação deve estar atenta a isso e também desenvolver a reflexão pedagógica e os saberes específicos”, diz Stella Maris Pallini, assessora do Programa Nacional de Educação em Estabelecimentos Penitenciários e do Menor de Idade do Minis-

tério da Educação da Argentina. Investe naquilo que eles chamam de pedagogia da confiança. “É preciso usar técnicas que aproximem professor e preso. Afinal, toda relação de aprendizagem é um vínculo de confiança entre professor e aluno”, diz Stella.

Novos rumos

O diretor mundial da Unesco para a Educação nos Presídios, Marc De Maeyer, que já visitou mais de 100 prisões em 60 países, diz que a educação nesse setor é deficitária no mundo todo. “A realidade padrão é de 3 a 5 classes para dois mil prisioneiros. Já dá para imaginar que não dá certo”, diz. O Ministério da Justiça colombiano e a Universidade Pontifícia Bolivariana somaram esforços por três anos para desenvolver uma proposta de modelo educativo prisional para a Colômbia. Os conteúdos são ministrados por módulos temáticos, e não por séries. A educação é específica, não é a mesma que se dá nas escolas tradicionais. “Já passamos pela experiência de tentar oferecer a educação nos mesmos moldes da escola convencional. Sabemos que é um fracasso”, conta Hernando Lambuley, chefe da Divisão de Desenvolvimento Social do Instituto Nacional Penitenciário e Carcerário da Colômbia (Inpec). Todo currículo, das séries iniciais ao ensino médio, é contemplado em três anos e meio, com direi-

to à titulação formal. O projeto tem orçamento anual de 350 milhões de pesos.

No cenário latino-americano, a Argentina, que conseguiu incluir um capítulo sobre a educação prisional na nova Lei Nacional de Educação, que acaba de ser aprovada.

Na Argentina, 10% dos presos são analfabetos, 34% não terminaram a escola primária e a cobertura de toda a demanda nos presídios é da ordem de 30% da matrícula potencial. “É gente que não teve possibilidade de terminar os estudos e que precisa desse direito assegurado”, diz Stella. Diferentemente da Colômbia, na Argentina o conteúdo curricular ensinado aos presos coincide com aquele das escolas convencionais. “Temos de manter um único padrão de qualidade. Quando saírem do cárcere, poderão continuar seus estudos. Caso contrário, a educação criaria mais uma segregação”, analisa.

Remissão

Vigora em dezenas de países a remissão da pena quando o preso estuda. A cada cinco ou sete dias estudados, ele tem um a menos de pena a cumprir. É o caso da Colômbia. “Por trás dessa remissão está o conceito de prisão. Nós a vemos como forma de reintegrar à sociedade, e não como punição, por isso a educação pode acelerar o processo de soltura”, diz Lambuley.

No Equador, a conta é de



À esquerda, a assessora do Ministério da Educação da Argentina, Stella Maris Pallini; ao lado, Timothy Ireland, diretor do MEC

sete dias de estudo por um dia de pena. Só há uma ressalva : “Assassinos e narcotraficantes não têm direito à remissão por estudo, em função da gravidade do delito”, explica Eduardo Chilibingua, coordenador-geral do Ministério da Educação e Cultura do Equador.

Na Argentina, estudar funciona apenas como sinônimo de bom comportamento, o que pode acelerar a saída do presídio, mas não é feito o cálculo de número de dias estudados em troca de liberdade. “O estudo é valorado pela comissão que avalia o histórico do preso. Entra na ficha como boa conduta, como alguém que está interessado em mudar de rumo na vida”, diz Stella.

Na França, em que há 65 mil presos, nos últimos 15 anos foram implementadas políticas para a educação e, entre elas, veio o fim da remissão da pena por estudo. “Não se deve estudar como meio de sair da prisão, e sim porque se quer aprender. Além do que, somando com a remissão por trabalho, a pena ficava muito reduzida”, diz Núria Aligant, coordenadora do Centro Internacional de Estudos Pedagógicos.

O Brasil caminha na direção oposta. Quinze Estados brasileiros hoje trabalham com a possibilidade de remissão por estudo, mas, para isso, um juiz da vara de execuções penais deve observar o caso e emitir um parecer a respeito. A tendência, no entanto, é que a prá-

tica seja aprovada oficialmente no país, com a alteração da lei de execuções penais. Para isso, tramitam na Câmara Federal projetos solicitando a remissão. O Ministério da Justiça também deve apresentar à Câmara sua própria proposta.

Carta

Durante a Reunião de Ministros, que encerrou os Encontros do Mercosul Educacional, os representantes dos países anunciaram oficialmente a criação da Rede Latino-Americana de Educação nas Prisões. Na avaliação de Núria, “é um marco histórico porque mostra que os países participantes estão de acordo em dizer que a educação é um direito e não um benefício ao preso.”



Marc De Maeyer, da Unesco, diz que no mundo faltam condições adequadas para a educação no cárcere

A professora Raquel Queiroz fica trancada na sala durante a aula de alfabetização de detentos





FÓRUM DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Integrar para

Países querem aproximar universidades latinas para que gerem em conjunto pesquisas e patentes que contribuam para o desenvolvimento das nações e do bloco no cenário mundial

A universidade, por princípio, tem uma atuação social global. No papel de pesquisadora, de investigadora, a instituição é um agente do cenário mundial, uma vez que o conhecimento que produz é extensivo a todo o planeta e, portanto, tem poder de impactar e transformar a vida e o pensamento de cidadãos de todo lugar. Partindo desta premissa, o Fórum de Educação Superior centrou seus debates na integração entre as instituições de ensino superior do Mercosul e dos demais países latinos, como forma de fortalecer o trabalho das universidades e, mais do que isso, de colocar na agenda mundial questões

cruciais para as nações que elas representam.

As discussões tiveram dois eixos principais: a importância da pesquisa conjunta nas universidades latino-americanas e a busca pela permanente acreditação da titulação acadêmica de cidadãos desses países.

A pesquisa *Investigación de Desarrollo en Iberoamerica*, coordenada por Adnei Melges, professor e presidente da Comissão das Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP), mostra que, na América Latina, pesquisa ainda não é sinônimo de riqueza somada ao país. O Brasil, por exemplo, é responsável por 1,8% de toda a produção cien-

tífica mundial, mas, em contrapartida, gera apenas 0,05% das patentes em todo o mundo. “A universidade começa a ser mais expressiva quando tem trabalhos científicos relevantes. Temos tradição ainda insuficiente de transformar conhecimento em produtos, bens e serviços – em uma palavra, em riqueza”, diz Melges.

Panorama latino

Para a pesquisa de Melges, foram compilados dados fornecidos por um consórcio de universidades dos países ibero-americanos, preparado pelo *Centro Interuniversitario de Desarrollo* (Cinda) e pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), vinculada ao Ministério da Educação do Brasil. Desse estudo, foram selecionadas informações de Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru, Chile, Equador, Venezuela e Uruguai, países sobre os quais



A venezuelana Ximena Gonzáles diz que a Universidade do Sul atrairá estudantes da América Latina e da África



Sala de reuniões do
Fórum de Educação Superior

crescer

foi exposto um retrato do trabalho das universidades.

Na Bolívia, há ausência de padrões mínimos para garantia da qualidade da formação superior. “Falta articulação da atividade de pós-graduação com os centros de investigação e poucos investigadores têm formação em mestrado e doutorado”, explica Adnei.

No Uruguai, a maior parte da investigação é realizada no setor universitário público e o gasto em pesquisa se estima em menos que 0,3% do PIB. “Observa-se um baixo número de investigadores em jornada completa e com mestrado ou doutorado, além de uma débil cultura inovadora”, acrescenta.

A Colômbia vem investindo na realização de programas de doutorado, já que a maioria dos pesquisadores locais tem mestrados em outros países, mas ainda está distante dos níveis recomendados e aceitos internacionalmente. O

número de doutores no sistema universitário era de 2.380 no ano de 2003, tendo aumentado para 2.704 em 2005.

Neste contexto do Cone Sul, destaca-se positivamente a Argentina, cujo gasto total em pesquisa, em 2004, atingiu 1,9 milhões de pesos, com um incremento de 57,1% em quatro anos. O plano argentino é investir 1% do PIB em ciência e tecnologia até 2010, o que significa dobrar o atual investimento. Também tem uma boa experiência o Chile, que propôs uma série de mudanças nas políticas públicas de pesquisa em 1999, entre as quais, fazer os investimentos saltarem de 0,6% para 1,2% do PIB e aumentar o número de doutorandos em 145%. O país tem incubadoras em universidades e organismos de apoio a empresas emergentes.

O Peru também apresenta dados otimistas. Em 2000 havia aproximadamente 18 mil

pesquisadores, número que subiu para 21 mil em três anos. “Há uma tendência positiva no tocante aos programas de doutorado, que cresceram 150% de 2000 a 2005”, completa Adnei. Na Venezuela, 85% dos 4.626 investigadores estão nas instituições de ensino superior. “Os gastos em pesquisas cresceram de US\$ 397,93 milhões, em 2002, para US\$ 497,87 milhões, em 2005”.

Um plano de estratégias para o quadriênio 2006-2010 foi criado no Equador. Por lá, há uma disposição legal de destinar um percentual da participação do Estado no petróleo cru para a investigação científica e tecnológica.

Patentes

No Brasil, o Sistema Nacional de Pós-graduação é formado por 1.929 programas e responsável por 2.964 cursos, 1.935 deles de mestrado e 1.029 de doutorado. Porém,



Para Adnei Melges, da USP, o Brasil tem tradição insuficiente de transformar conhecimento em riqueza



O argentino Miguel Vallone diz que os currículos precisam ser adaptados para uma visão de bloco

em 2005, de 16.950 projetos concluídos, apenas 283 foram transformados em patentes. O número é bem pequeno se comparado ao de países desenvolvidos. Só para se ter idéia deste abismo: os Estados Unidos registram anualmente cerca de 45 mil patentes.

Com base nesses dados, Melges propõe que os professores ensinem suas disciplinas sempre contextualizando um quadro maior de atuação. “A universidade tem o papel fundamental de ensinar os estudantes a trabalharem pensando nas etapas seguintes, ou seja, a passar o conhecimento ao sistema produtivo. O que, na verdade, é uma aula de empreendedorismo”, diz.

Entre as instituições brasileiras, destaca-se a Universidade de Campinas (Unicamp), a primeira universidade em número de patentes, e cujos principais temas são o desenvolvimento da biotecnologia e do potencial humano. “A idéia é favorecer o desenvolvimento dentro da universidade com as empresas juniores, as incubadoras de empresas e outras ações que unam o conhecimento e a prática do mercado”, afirma o professor Paulo Lemos.

Outro exemplo é a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), segunda em número de patentes no país. “Em 2005, patenteamos 211 projetos, 55% deles na área de biotecnologia. Nosso objetivo é formar recursos humanos de

alta qualidade, contribuindo para o crescimento intelectual”, diz Rubén Sinisterra, da Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica (CTIT).

Propostas de integração

Para estimular as pesquisas, trocas de informações e reflexões em conjunto, o Ministério de Educação da Venezuela apresentou, durante o Fórum, o projeto da Universidade do Sul, um Pólo Universitário Internacional, localizado na região de Guayana. A instituição deverá ser um caminho para o Programa Nacional de Cooperação Universitária, cujo principal objetivo é a integração solidária e o atendimento às necessidades dos países do Sul.

A idéia é que a Universidade do Sul seja a base de todo um grupo que será formado por escolas do Mercosul e países associados. A primeira iniciativa será a Faculdade de Medicina, com inauguração prevista para 2007. “Com esse projeto, queremos atrair estudantes de várias áreas do hemisfério sul, da América Latina e África do Sul”, explica Ximena Gonzáles, diretora de cooperação internacional da Universidade Bolivariana da Venezuela (UVB).

E a integração não pára na graduação. A Associação das Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), formada por 18 universidades públicas localizadas no Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile,

apresentou a proposta da criação de cursos de pós-graduação comuns entre os países do Mercosul. De acordo com o reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), José Carlos Ferraz, representante da AUGM, o programa formará recursos humanos e impulsionará o desenvolvimento de pesquisas conjuntas. “A primeira idéia é que o programa aborde o setor agrário, área de produção animal, de água e meio ambiente e áreas de história, sociedade e fronteiras”, conta.

A Unesco/Iesalc (Instituto de Educação Superior da América Latina e Caribe) apresentou dois projetos que favorecem e estimulam a integração entre as escolas de ensino superior. Um deles é o Mapa do Ensino Superior da América Latina e Caribe, que tem como objetivo descrever e analisar as instituições e sistemas de educação superior, assim como formular e dar seguimento a políticas desse setor. “A idéia central é fortalecer o estudo, a análise e a reflexão do ensino de excelência”, afirma o consultor Humberto Gonzáles.

O outro projeto é o Tendências para o Ensino Superior da América Latina e Caribe, composto por 33 países. A meta é somar esforços de instituições públicas e privadas para produzir conhecimento e discutir problemas comuns, como água, ambiente, diversidade, segurança e desenvolvimento ener-

gético. De concreto, será formado um centro de estudos e articulações. “Somos irmãos e precisamos resolver juntos problemas de nosso planeta”, completa o consultor.

“As universidades federais são centros de excelência e de formação de capital humano, por isso são grandes ferramentas dentro desse processo de integração, baseado na solidariedade, nas relações de reciprocidade e de respeito à diversidade cultural”, diz a diretora da Unesco/lesalc, Ana Lúcia Gazzola.

De 1991 para cá, quando foi assinado o Tratado de Assunção (que constituiu um mercado comum entre os países), a integração evoluiu muito no Mercosul. “Mas esta aproximação foi essencialmente de contato comercial. Diferentemente do encontro de 15 anos atrás, este agora tem uma vertente cultural”, analisa Miguel Vallone, diretor nacional de Cooperação Internacional do Ministério da Educação da Argentina. Segundo Vallone, para que haja esta integração cultural, o próximo passo é colocar em sintonia os títulos e protocolos nos âmbitos primário, médio e universitário. Para isso, os currículos devem ser revistos. “O conteúdo dos currículos e a formação docente precisam apresentar uma visão de bloco. Havendo essa acreditação, que é gerada com base na confiança da qualidade do vizinho, estará assegurada a mobilidade entre

os cidadãos do Mercosul”, diz.

Vallone cita os três desafios que se impõem agora para esta integração cultural. O primeiro deles é a busca da acreditação permanente, já que hoje vigora, em caráter provisório, o Mecanismo Experimental de Reconhecimento de Diplomas do Mercosul (MEXA) e o Projeto de Mobilidade Acadêmica Regional dos Cursos Autorizados (Marca). Na reunião de ministros que encerrou os Encontros do Mercosul Educacional, os representantes dos países envolvidos assumiram o compromisso de buscar a acreditação permanente.

O segundo desafio trata da busca de novos sócios. “Até agora, é uma discussão entre ministérios, mas há necessidade de trazer associações das universidades, institutos de pesquisas, editores de livros, enfim, toda sorte de atores sociais envolvidos nessa integração educacional e cultural”, diz. Por último, o ponto mais delicado: a conquista de financiamento dessas políticas públicas. “Falta um fundo setorial que permita financiar projetos de educação para impactar as salas de aula. E os programas de mobilidade são os mais caros. Faltam recursos para financiá-los”, diz. Com relação à mobilidade, os ministérios do Cone Sul estão em contato com a União Europeia para desenhar estratégias de viabilização.

O diretor de cooperação ressalta que, para gerar cida-

dania no Mercosul e ampliar os espaços de sobrevivência desses cidadãos, é preciso cooperação e forte relacionamento entre os países. “Temos de trabalhar solidariamente pelos países. Entre as universidades, isso se traduz em uma investigação conjunta que permita patentes em conjunto, explorar o mercado em conjunto. Mas num contexto mais amplo. Não podemos pensar numa cidadania estendida entre os países se não houver direitos básicos garantidos dentro do próprio país”, diz Vallone. O desafio está só começando.

Ana Lúcia Gazzola, da Unesco/lesalc, defende a importância das universidades federais no processo de integração





I FEIRA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Empreender para mu

Feira de ciências reúne projetos de todo o país e mostra o engajamento dos jovens de ensinos fundamental e médio na busca de soluções para problemas sociais

apoiou a realização de 20 feiras de ciências em 14 estados brasileiros e selecionou quatro trabalhos de cada evento para integrar a Fenaceb, que também contou com instituições convidadas.

O foco da maioria dos 135 trabalhos apresentados na 1ª Feira Nacional de Ciências da Educação Básica (Fenaceb), evento integrado ao III Fórum Educacional do Mercosul, foi o desenvolvimento de técnicas que estimulassem o aprimoramento das condições ambientais e difundissem o direito à cidadania nas mais diversas regiões brasileiras. A feira, que tem como proposta apresentar um panorama da educação científica nas escolas de ensino fundamental e médio, por meio de trabalhos de pesquisa desenvolvidos pelos jovens, mostrou o engajamento dos projetos na solução de problemas locais sentidos na pele pela população de cada Estado, cidade ou escola. Nos últimos meses, o Ministério da Educação do Brasil (MEC)

Do total de trabalhos apresentados, 44% tinham como temática o meio ambiente – o que endossa a tendência mundial do uso da ciência em favor da recuperação do cenário socioambiental devastado nos últimos séculos, de progresso tecnológico e industrial. De norte a sul do país, os jovens estudantes e suas escolas, todas públicas, apresentaram soluções bastante práticas. “É o conhecimento transformado em progresso social”, avalia Lucia Helena Lodi, diretora de Políticas de Ensino Médio da Secretaria de Educação Básica do MEC.

Do extremo sul do país, da cidade gaúcha de Canguçu, localizada a 310 km de Porto Alegre, veio um projeto para resolver o assoreamento do Arroio



O professor de biologia Wilson Plens, de São Paulo, explica como funciona o equipamento criado para baratear a produção de prótese dentária



À esquerda, Josicléia de Oliveira mostra como descobrir o teor de álcool na gasolina; ao lado, Guilherme de Barros e Yasmin Cassiano, de São Paulo, exibem aparelho para confeccionar próteses dentárias

dar o mundo

Grande, corrente d'água que desemboca na Laguna dos Patos, maior lagoa do país. A falta de mata ciliar no entorno do arroio faz com que as chuvas inundem a região, já que as plantas teriam a função de auxiliar na absorção das águas. Resultado: "O arroio alaga, a ponte fica encoberta pela água, o transporte escolar não passa e a gente não assiste aula", diz Ana Helena Schroeder, 13 anos, estudante da Escola Municipal de Educação Fundamental Alberto Bergmann Filho.

O problema chamou a atenção de alunos, professores e de toda a comunidade. Montou-se um projeto em que foram analisadas as razões para o assoreamento do arroio, e proposta uma agenda de replantio da mata ciliar, com sementes de mata nativa coletada e cultivada em estufa na escola. "Todos os professores e alunos ajudam a plantar, todo mês", diz Joelita Bierhals Germann, 14 anos, também estudante.

O trabalho realizado, que começou há menos de um ano, ainda não resolveu o problema do assoreamento, mas já serviu para despertar os estudantes para a ciência. "Nunca pensei que nosso trabalho fosse chegar tão longe. Agora não vamos parar. Vamos trabalhar mais com isso e ajudar nossos filhos a terem um meio ambiente melhor no futuro", diz Ana Helena.

Também inteirados dos problemas locais, estudantes do Acre, da capital Rio Branco, apresentaram um projeto de análise do teor de álcool presente na gasolina vendida nos postos da cidade. "Em 2001, ouvimos muitas notícias sobre os problemas nos motores dos carros e diziam que a culpa podia ser da quantidade de álcool na gasolina. Resolvemos desenvolver um teste bem prático", diz Josicléia de Oliveira, 16 anos, estudante do 1º ano do ensino médio. Aprenderam que, adicionando água à gasolina, agitando e esperan-



Visitantes de escolas públicas ouvem explicações sobre o uso de métodos anticoncepcionais



I FEIRA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Estudante do Rio Grande do Norte apresenta projeto de extração do DNA da cebola; abaixo, o secundarista maranhense Wallison dos Santos explica ao universitário Geandson Coelho como obter biogás



do o resultado da mistura, seria possível analisar se o combustível tinha mais do que 20% de etanol. “Nos postos que testamos, descobrimos que havia pelo menos 10% a mais de álcool do que o permitido por lei”, diz a estudante, animada com a descoberta.

Segundo Lucia Helena Lodi, é função da escola, e não apenas uma atividade extracurricular, provocar os alunos para que observem a realidade e proponham a criação de métodos científicos para resolver os problemas sociais constatados. “A escola cumpre um importante papel de estimuladora do desenvolvimento do potencial empreendedor da criança quando lhe assegura a educação científica. Estamos estimulando o protagonismo desses estudantes, que aqui se mostram grandes especialistas, tamanha a propriedade com que falam sobre os temas. Desenvolvemos, assim, a autonomia do trabalho intelectual”, diz.

Esse empreendedorismo chamou a atenção no projeto da Escola Estadual Quintiliano José Sitrângulo, de São Paulo. À época em que ensinava sobre grupos musculares e ossos, o professor de biologia Wilson Plens resolveu criar um equipamento para preparar uma prótese dentária com os alunos. Para isso, utilizaram um motor de pára-brisa de carro, sucata de fios e elástico de

músculo temporal. “Achei que isso ilustraria o que estava dizendo e conseguiria atrair o aluno não só para o tema, como para a pesquisa científica”, diz Plens.

E ele conseguiu. “Essa experiência mudou minha forma de ver o meu futuro. Pensava em estudar geografia, agora penso até em estudar odontologia”, conta Guilherme de Barros, 13 anos, estudante da 7ª série.

Além de baratear o equipamento, que hoje no mercado custa cerca de R\$ 400 e que agora ser confeccionado por R\$ 85, o projeto conseguiu reduzir o tempo de preparo de uma prótese – de dois dias para 50 minutos. Por isso já atrai o olhar dos empresários. “O trabalho desperta interesse empresarial para ser desenvolvido comercialmente, o que nos deixa satisfeitos”, comemora o professor. “A gente se sente importante, cheio de responsabilidade, por representar a escola aqui. Isso dá muita motivação pra continuar a estudar”, diz Guilherme.

Cidadania

“Um cientista é aquele que contribui para o mundo, para a sociedade, não apenas quem fica estudando robótica ou inventando uma tecnologia avançada.” Não, a fala não é de nenhum doutor em educação, mas de uma menina de 13 anos, estudante da 6ª série da paulista Escola Estadual Professor Flávio Fáv-

ro. A autora da frase é Laís Martins de Oliveira, que ajudou a desenvolver um projeto cuja temática é o combate ao preconceito e à exclusão. “Observamos que a exclusão começa na escola mesmo, quando um líder da turma influencia os colegas no sentido de discriminar outros. Esse líder normalmente é aquele que tem mais dinheiro ou é mais bonito”, complementa Adriana dos Santos Ferreira, 14 anos, da 8ª série, que trabalhou com Laís no projeto.

Para abordar o tema, as jovens estudaram durante três meses, após as aulas, uma técnica de comunicação que chamasse a atenção dos colegas. Escolheram a animação em vídeo e descobriram que o olho humano detecta 24 fotos em um segundo. Fizeram vários testes até conseguir gerar uma animação, fotografando bonecos de massinha e fazendo com que o objeto de 0,5 cm mexesse a cada foto. Animado no computador, dá idéia de continuidade. “Fizemos um filme mudo, usando técnicas de luz, som e *story board*, mostrando as relações de exclusão e preconceito. Temos certeza de que o pessoal da escola passou a pensar mais no assunto quando viu nosso projeto”, conta Laís.

Além dos cerca de 800 estudantes de escolas públicas e privadas de Minas Gerais, que foram convidados a visitar a feira para desenvolverem

o gosto pela pesquisa científica, também os universitários da UFMG, que circulavam pelo campus que abrigou o evento, pararam para ouvir algumas explicações. Geandson Coelho, de 19 anos, estudante de química da universidade, ficou surpreso com o projeto de Wallison dos Santos, 16 anos, que utilizava garrafas PET como biogestores para obter biogás. “O objetivo é construir uma nova fonte de energia renovável e reduzir o impacto ambiental, aproveitando as garrafas PET, que demoram anos para se decompor na natureza. A técnica também serve para carro movido a gás, que é feito com gás metano”, explicava Wallison, estudante do 1º ano do ensino médio da Escola Dayse Galvão de Souza, de São Luís, no Maranhão. “Mesmo sendo universitário, isso tudo é novidade para mim. E também fiquei impressionado como ele sabe bem sobre o assunto”, diz Geandson.

A vontade de empreender esteve patente em cada estande da Fenaceb, que no último dia contou com a visita do secretário de Educação Básica do MEC, Francisco Fernandes das Chagas. Um espaço em que se via, em consonância com as discussões teóricas do fórum, a educação na prática transformada em entusiasmo pelo aprender e em trabalhos feitos para, pouco a pouco, mudar o mundo.



Ana Helena Schroeder aponta arroio que sofre com assoreamento em Canguçu (RS)

Lucia Lodi, à direita, diretora da Secretaria de Educação Básica do MEC, visita estande de artesanato sergipano





PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CIENTÍFICA

A ciência e o

Instituto israelense cria método para ensinar conteúdo científico a estudantes de ensino médio, com o objetivo de desenvolver neles o senso crítico e aptidão para selecionar informações



Francisco Chagas, secretário de Educação Básica do MEC, acredita que “a proposta do instituto traz um avanço para o ensino médio”

Desenvolver em jovens secundaristas habilidades de leitura científica crítica. Este é o objetivo do projeto Aprendendo Habilidades em Ciência, elaborado pelo Weizmann Institute of Science, com sede em Israel. O modelo, adotado também pelo Reino Unido, é baseado na exploração de seis habilidades: informação, observação, leitura científica, dados estatísticos, redação científica e apresentação. A capacidade de aprendizado do aluno melhora com o desenvolvimento do senso crítico e da aptidão para selecionar informações.

A israelense Zahava Sherez, representante do Instituto, e a secretária de Educa-

ção do Reino Unido, Sally Johnson, expuseram o projeto durante a Reunião sobre o Programa de Educação Científica, que integrou os Encontros do Mercosul Educacional. “Como saber escolher, entre tantas informações, qual é importante e valiosa, em apenas cinco minutos?”, pergunta Sherez. “Com tantas informações disponíveis hoje em dia, é preciso desenvolver um senso crítico. Cabe aos professores ensinar a usar os recursos disponíveis, que são muitos”.

A metodologia do Instituto Weizmann inclui uma série de dinâmicas e exercícios práticos, como leitura rápida com questionário e troca de títulos de ar-

tigos, entre outros. Mas a especialista de Israel afirma que ensinar essas habilidades não pode ser algo sutil ou subliminar, que apenas esteja embutido no conteúdo de sala. “É preciso ser específico, dizer que esse é o foco e ter em mente que muitos jovens não têm sucesso na vida porque não desenvolvem essas habilidades quando crianças”, analisa.

Para a secretária de Educação do Reino Unido, o professor precisa explorar também os periódicos científicos, aliando-os aos livros didáticos em sala de aula. “Os jovens secundaristas têm capacidade de pensar e fazem isso muito bem, mas os sistemas de ensino atuais são paternalistas e não promovem a independência e crítica em relação ao conteúdo.”

Segundo especialistas, esse processo começa pelos professores. O instituto investe nisso em forma de workshops



À esquerda, as palestrantes Sally Johnson, secretária de Educação do Reino Unido, e a israelense Zahava Sherez, representante do Instituto Weizmann

olhar crítico

de sensibilização e preparação, que os inserem nessa maneira de educar. “Temos de estimular os professores a ensinar assim também”, diz Sherez.

No Brasil, sete milhões de alunos formam a rede pública do ensino médio. No entanto, dados do Ministério da Educação (MEC) mostram que o sistema educacional brasileiro tem uma matrícula bastante mais expressiva no ensino fundamental. É no ensino médio, portanto, que se intensifica o abandono da escola. Segundo especialistas, isso é consequência, entre outros fatores, da baixa qualidade educacional.

“É preciso melhorar imediatamente o nível do ensino médio e articulá-lo com um programa de educação científica nos moldes do Instituto Weizmann”, afirma Virgínia Schall, pesquisadora do Instituto Fiocruz, especializada em saúde e divulgação científica. Segundo Virgínia, hoje o que se observa

é o foco na educação memorizada, com preocupação constante com o vestibular. Isto geraria uma massa de secundaristas sem educação crítica e que não entende a realidade ao seu redor. “O programa é muito interessante, mas a dinâmica teria de observar as diferenças regionais, sem esquecer o contexto de mundo globalizado”, diz a pesquisadora.

Uma das dinâmicas do Instituto Weizmann é dar aos alunos artigos de quatro a oito páginas e sugerir que leiam em cinco minutos para, logo após, responderem a um questionário. “A princípio, eles acham o questionário injusto. Usamos a estratégia de mandar outro corrigir”, diz a secretária Sally Johnson. Segundo ela, a discussão que se gera é “por que é importante saber o autor, a data, a fonte da publicação? Explicamos que só assim é possível definir se aquela leitura é importante ou não”.

O MEC já desenvolve ações relacionadas ao desenvolvimento da área, entre elas o Prêmio Ciência. “O instituto propõe o avanço do mundo científico no ensino médio”, afirma Francisco Chagas, secretário de Educação Básica do MEC. Assim como a pesquisadora da Fiocruz, Chagas pondera a respeito das especificidades relativas à realidade de cada país, e acrescenta que os ganhos com a adoção de um programa como este e as adaptações necessárias ainda devem ser discutidas.

Independentemente das possíveis mudanças no projeto para ser aplicado a outros países, todos concordam que a ciência é o caminho para impulsionar o crescimento das nações. Como resume Chagas, “uma coisa é indiscutível: precisamos colocar nossos professores e jovens em contato com a ciência. É isso que determina o desenvolvimento do país.”





I JORNADA CIENTÍFICA DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Pela expansão da ed

América Latina aposta no crescimento de cursos tecnológicos em instituições públicas para ampliar a cobertura do ensino superior e formar cidadãos para o trabalho



Para Paulo Wollinger, o Brasil ainda tem preconceito contra os cursos tecnológicos, o que não ocorre em países desenvolvidos

Promover intercâmbios de caráter científico e tecnológico para gerar um debate sobre a educação profissional entre países do Mercosul – região em que a baixa especialização da mão-de-obra e os ainda altos índices de desemprego se complementam em um círculo vicioso. Discutir este tema foi o objetivo da I Jornada Científica de Educação Tecnológica do Mercosul.

Dados levantados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostram que houve um crescimento acelerado dos cursos de educação tecnológica nos últimos quatro anos no Brasil. Jaime Giolo, coordenador-geral de avaliação institucional dos cursos de graduação da entidade, explica que esse crescimento acelera-

do foi registrado apenas nas escolas privadas. “Desde 1994, o ensino público perdeu muito terreno no oferecimento de cursos superiores de tecnologia.”

Em 1994, dos 261 cursos superiores existentes, 95 eram ofertados pelo setor público, enquanto 166 cabiam às instituições privadas. Em 2004, dos 1.804 cursos existentes no país, apenas 359 estavam em instituições públicas, ficando para o setor privado 1.445 cursos. “Com esses dados, chegamos à conclusão de que só é possível pensar em expansão da educação superior tecnológica por meio do setor público. O setor privado esgotou suas possibilidades nesse campo.”

Porém, o número de alunos formados em cursos tecnológicos ainda não é significativo. De acordo com Paulo Wollinger, coordenador-geral de Desenvolvimento e Modernização da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, no Brasil forma-se o mesmo nú-



Cristina Alcón, a primeira à esquerda, coordenadora do Inet, junto de integrantes do instituto

educação tecnológica

mero de alunos em cursos tecnológicos e cursos superiores de graduação. “Em qualquer país desenvolvido, esses números são bem diferentes”, avalia. Nos Estados Unidos, a oferta de cursos técnicos é 40% superior a de cursos de graduação. De acordo com Wollinger, os países desenvolvidos sabem da importância dos tecnólogos para o desenvolvimento de produtos que vão solucionar problemas da sociedade.

Segundo Wollinger, existe no Brasil uma forte discriminação contra os cursos tecnológicos. Um dos alvos da crítica é a duração e a carga horária. “O tempo do curso não reflete a qualidade. Enquanto aqui a graduação de engenharia dura 4 ou 5 anos, na Inglaterra dura 3 anos. Isto não quer dizer que um engenheiro inglês seja menos preparado que um brasileiro.”

Para facilitar o entendimento da população sobre os cursos tecnológicos que as escolas brasileiras oferecem, o MEC desenvolveu um catálo-

go que lista todos os 3.500 cursos existentes em diversas áreas. “Isso vai eliminar nomenclaturas confusas e esclarecer o aluno quanto às possibilidades de escolha”, diz o coordenador-geral.

Para a professora Olgamir Carvalho, da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, é necessário uma reforma educacional que valorize a experiência do “saber tácito”. “É importante que as escolas pensem um currículo mais prático, ampliando o campo de intervenção da educação profissional”, diz. Para ela, a formação de capital humano com co-

nhecimento do saber-fazer é decisiva para o desenvolvimento econômico e educacional.

“Cabe às escolas desenvolver uma cultura geral, incentivar uma formação polivalente que estimule o ‘aprender a aprender’, formando nos alunos uma capacidade de escolher e avaliar”, acrescenta. Olgamir ressalta ainda que, através desse currículo, os jovens e adultos conseguirão romper as dificuldades do acesso ao emprego e da evolução do trabalho. “O Brasil precisa pensar uma formação profissional que combata o desemprego e entenda as mudanças tecnológicas.”



Carlos Javier Prasca, reitor do ITSA, tira dúvidas de alunos do Cefet-MG

I JORNADA CIENTÍFICA DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Casos de sucesso

Representantes das escolas técnicas da Colômbia mostraram que é possível desenvolver uma política pública que valorize a educação profissional. Foi criado no país um projeto de fortalecimento da educação técnica e tecnológica com o objetivo de mudar a opinião dos jovens sobre o tema. “A idéia é gerar novos cursos e, em cinco anos, atender a 80 mil jovens do ensino médio”, afirma o reitor do Instituto Tecnológico de Soledad Atlântico (ITSA), Carlos Javier Prasca. Para isso, foi feito um acordo entre o setor produtivo, o sistema de educação superior e as instituições de educação média.

O ITSA é um dos institutos que fazem parte do programa. Lá o aluno tem a oportunidade de se formar técnico e, se quiser seguir estudando, pode conseguir o diploma de tecnólogo. O projeto tem o apoio de empresas de capacitação tecnológica. “Não for-

mamos pessoas para o desemprego, mas para o trabalho, para atuarem nas empresas”, diz o reitor.

A Argentina também apresentou um projeto de incentivo à educação profissional. Com a crise de 2001, os jovens do país estavam céticos quanto às oportunidades no mercado. Partindo da idéia do trabalho como um problema para o jovem, quatro instituições – entre elas, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Educação, a Organização Internacional do Trabalho (OTI) e o Instituto Nacional de Educação Tecnológica (Inet), começaram a pensar o futuro do país.

“A idéia era montar um projeto que discutisse o trabalho para os jovens e, para isso, reunimos escolas, professores e alunos”, diz a coordenadora Cristina Alcón. Quatro regiões foram envolvidas: Buenos Aires e as províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Entre Rios. Cerca de 600 alunos, entre 15 e 16 anos, oriundos de 13 escolas da capital e do interior, participaram do projeto, além de 50 professores. “O importante era apresentar visões de diferentes escolas e seus alunos”, explica. O resultado da pesquisa gerou o livro “*Construir o futuro com trabalho decente*”. O projeto levou alunos e empresas a tomar consciência da realidade do trabalho. “Eles viram que o estudo é a base para toda mudança e progresso”, conta Cristina.

Dentro desse panorama,

os Ministérios da Educação e do Trabalho decidiram que o conceito de “trabalho decente” deveria tornar-se conteúdo nas escolas técnicas. “A importância de aplicar isso nas escolas é que esse espaço é o principal formador de cidadãos”, afirma Sílvia Ceriani, assessora do Ministério da Educação da Argentina. Ela acrescenta que é dever do país assegurar trabalho, assim como cidadania e inclusão social aos seus jovens.

No Brasil, há forte preocupação em estimular o desenvolvimento das práticas científicas e organizá-las. É o que conta Moisés Domingos Sobrinho, diretor do Departamento de Desenvolvimento de Programas Especiais do MEC. “Esse estímulo é importante porque a educação tecnológica não ocupou, ainda, seu devido espaço no mundo acadêmico brasileiro”, diz. Ele acrescenta a relevância desse encontro com países latinos para discutir o assunto. “A educação profissional pode ajudar a mudar o quadro do desemprego em toda a região. Portanto, no âmbito do Mercosul, esse projeto de educação profissional é inovador e necessário.” Como resolução, os países membros decidiram estruturar encontros permanentes para que a educação profissional esteja na pauta do Mercosul continuamente, com periodicidade ainda a definir.

Estudantes do Cefet-MG assistem à palestra

